

PARTE 3
RESENHAS

A autora não deixa de olhar, também, para os dispositivos através dos quais se pretende, no pólo da produção, modelar os gestos de leitura e os comportamentos sociais; isso é feito por meio da identificação de mecanismos discursivos, como a construção do personagem Jeca Tatu no **Almanaque Biotônico Fontoura**, e institucionais, como o desejo de “higienização” da nação que a construção desse mesmo personagem representa.

Por meio desse estudo das práticas de leitura de almanaques temos, na verdade, o acesso a outras práticas sociais dos grupos em que o gênero é produzido e circula, o contato com suas formas de inserção na cultura, o que nos permite visualizar como, na apropriação de saberes de alhures – que implicam mecanismos de dominação simbólica –, são (re)inventados gestos de leitura.

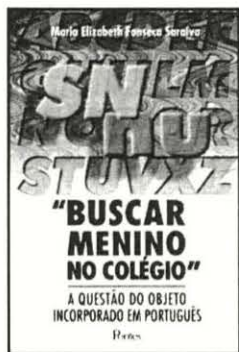
Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. *L'ordre des livres; lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XIV et XVIII siècle*. Aix-en-Provence: Éditions Alinea, 1992.

CHARTIER, Roger. Introdução: o livro dos livros. In: PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. **Buscar menino no colégio**; a questão do objeto incorporado em português. Campinas: Pontes, 1997. 174p.

Vanda de Oliveira Bittencourt – PUC Minas



A começar do próprio dado ilustrativo – “Buscar menino no colégio” –, tão sugestivamente “incorporado” ao título da obra, a Profa. Maria Elizabeth Fonseca Saraiva, sua autora, deixa-nos entrever o fenômeno lingüístico que constitui o seu objeto de estudo, qual seja, o da incorporação (semântica e sintática) do SN nu objeto a verbos transitivos, no português.

Sistemática na nossa língua, a conjugação sintático-semântica “V + SN nu objeto” difere, segundo demonstra muito bem a lingüista, do processo de formação de expressões lexicalizadas como *dar bola/bandeira/zebra*, ou *fazer fita/misérias/parte*, etc., que, segundo Lima (1988), se configuram como verdadeiros “verbos compostos”. No primeiro caso, de leitura incorporada, no modo de ver de Elizabeth Saraiva, o complexo “V + SN nu” constitui um todo semanticamente unitário, em que o SN nu objeto exerce uma espécie de função classificatória do evento, processo, ou ação expressa pelo lexema verbal com que co-ocorre; no segundo, de formação lexical, o significado final do conglomerado resultante da composição “V + SN” difere sensivelmente do significado de seus componentes tomados individualmente, seguindo, pois, o mesmo padrão composicional de substantivos como *guarda-chuva*, *guarda-roupa*, *guarda-louça*, etc.

Maria de Lourdes Meirelles Matencio – PUC Minas



As abordagens da cultura popular e das práticas discursivas de seu público incorrem, freqüentemente, como nos lembra Chartier (1992), seja no equívoco de privilegiarem uma pretensa autonomia simbólica da cultura popular em relação à cultura dita letrada, seja no engano de considerarem a dependência absoluta da cultura popular em relação ao universo letrado, o que justificaria, também com freqüência, a alegação de sua falta de legitimidade. A falácia de que partem essas abordagens é a de procurarem descrever a chamada cultura popular a partir do que ela não é – ou seja, por contraste ou subordinação à cultura letrada –, já que se iludem ao acreditar que as culturas seriam impermeáveis umas às outras de modo que seus modelos não fossem compartilhados por diferentes públicos. (cf. Chartier, op. cit.)

Ao percorrer, com Margareth Brandini Park, os caminhos da singularidade e das regularidades nos gestos de leitura de almanaques no Brasil, o leitor desfrutará do prazer de não apenas descobrir os modos de apropriação do gênero como também de desvendar as múltiplas práticas discursivas que o cercam. E esse percurso é trilhado com destreza pela autora, a partir de questões que só pode fazer quem olha de dentro o problema, quem procura tanto descrever o gênero textual – *o que é almanaque?* –, como identificar seu modo de produção, transformação, circulação e recepção – *como é a sua história?*; *como e por onde circulam?*; *que práticas de leitura constituem?* As respostas a esses questionamentos, viabilizadas por extensa pesquisa documental, tecem um texto que nos faz viajar na memória de um Brasil que muitos (des)conhecem.

Um dos pontos não negligenciados em *Histórias e leituras de almanaques no Brasil* é uma ausência que incomoda há tempos historiadores da leitura (cf. Chartier, 1999), a saber: um olhar que permita ver de maneira integrada as formas de leitura e de escrita dos grupos que tradicionalmente vêm suas práticas discursivas desqualificadas, seja porque são consideradas menores em relação às dos grupos letrados, seja porque não são sequer de interesse para o estudo.

A investigação das práticas de leitura de almanaques desenvolvida por Margareth Brandini Park considera, além da variação por que passa – no tempo e no espaço – esse gênero textual no Brasil, as comunidades interpretativas que a ele têm acesso e as condições nas quais se apropriam desse texto; também as modalidades e os efeitos dessa leitura e da escritura dela decorrente são examinados – por meio, sobretudo, de entrevistas e de cartas enviadas aos editores.

É assim que nos é revelada como a organização dos almanaques – com sua variedade de temas, de seções, de gêneros, enfim – é fator que assimila sua função utilitária ao prazer da leitura e que proporciona gestos de leitura compartilhada entre os membros da família, os amigos, os vizinhos.

Concentrando-se, especificamente, no fenômeno de leitura incorporada de SNs nus objetos de verbos transitivos, em geral codificado morfológicamente em línguas polissintéticas, conforme mostrado por estudiosos como Baker (1988, 1993), Givón (1984) e outros mais, a autora oferece à comunidade lingüística um estudo acurado (e crítico) do assunto, desenvolvendo-o em duas grandes direções: uma de caráter mais descritivo e outra de preocupação mais explanatória.

O aparato descritivo (três primeiros capítulos) se desenvolve em tomo de três questões fundamentais: a) a distinção entre as *estruturas produtivas* (de leitura incorporada) e as *expressões idiomáticas* supracitadas (Cap. 1); b) a caracterização gramatical – semântica e sintática – do **SN nu objeto** no português (Cap. 2) e c) a referência ao grau de extensão do fenômeno de incorporação desse constituinte entre nós (Cap. 3).

Depois de comprovar a distinção entre o processo de lexicalização que atinge expressões constituídas com verbos como *fazer* e *dar* e seus complementos diretos, acima mencionadas, e o fenômeno da **incorporação** de V + SN nu objeto, ao qual se dedica, a pesquisadora procura, numa segunda etapa de seu trabalho, detectar e discutir algumas das propriedades gramaticais peculiares ao **SN nu objeto**. Enveredando, inicialmente, pelos caminhos da sintaxe, ela mostra, por exemplo, que, embora sujeito, em princípio, aos processos de **topicalização** e **clivagem** (não aplicáveis definitivamente às expressões idiomáticas com *fazer* e *dar*), o **SN nu objeto**, na verdade, ocupa, no uso real da língua, uma posição de adjacência restrita (e posposta) ao verbo que o seleciona.

Para a caracterização semântica desse constituinte, ela se vale da estratégia metodológica de investigar, primeiro, o estatuto de SNs, plenos ou nus, na posição de sujeito, levando em conta, para tanto, as propriedades relevantes para a descrição do **SN nu objeto**. Depois de uma extensa discussão sempre apoiada numa exemplificação minuciosa e pertinente, a autora chega ao estabelecimento da seguinte matriz de traços [$\pm$ I, $\pm$ M, $\pm$ U], relativos, respectivamente, à *identificabilidade* do referente expresso pelo SN, ao foco nos *membros* integrantes da classe e à quantificação *universal*. A partir dessa matriz, ela defende a hipótese da existência de três grandes tipos de interpretação possível para os SNs, segundo a incidência, ou não, desses três traços: *identificável* [$+$ I, $+$ M, $-$ U], *atributiva* [$-$ I, $+$ M, $+$ U] e *partitiva* [$-$ I, $+$ M, $-$ U].

Tendo em vista essas propriedades e, ainda, a impossibilidade de o objeto incorporado ser retomado pronominalmente na sequência textual (o que o configura como [$-$ Pr]), a lingüista deixa claro que, no português, o SN nu objeto apresenta um comportamento semântico *sui generis*, que se pode sintetizar na seguinte matriz de traços: [$-$ I, $-$ M, $-$ Pr].

Embora inserida num projeto analítico voltado para o nível sentencial, a professora Elizabeth não deixa de fazer algumas incursões na área do discurso, tendo, por exemplo, a preocupação de mostrar que o objeto incorporado não é passível de introduzir um participante do discurso, isto é, não pode assumir a função de tópico, uma vez que não costuma ser retomado no co-texto subsequente, o que é compatível com o seu traço gramatical de [$-$ Pr].

Na terceira e última etapa de sua atividade de descrição, a pesquisadora enfoca, com o esmero que lhe é peculiar, duas questões relevantes para o conhecimento do estatuto configuracional do Objeto Incorporado e do seu uso real na nossa língua: a da incompatibilidade da leitura incorporada de SNs objetos portando elementos em sua área esquerda e a da sistematicidade do processo de Incorporação de SN nu objeto no português. No primeiro

caso, ela comprova, através de dados empíricos, que a presença de itens pré-nominais em tal constituinte tem o efeito de anular qualquer leitura incorporada; no segundo, ela demonstra, por meio de um levantamento exaustivo de traços semânticos caracterizadores de diferentes classes de verbos transitivos passíveis de ocorrer com SN nu objeto, que o fenômeno da leitura incorporada do mesmo é a norma na nossa língua. Não satisfeita com as evidências de ordem qualitativa, a pesquisadora busca provas quantitativas, revelando que, dos onze diferentes tipos de matrizes de transitividade estabelecidos por Barros (1992), a partir dos 550 lexemas verbais transitivos que arrola em *corpus* do português oral, a grande maioria admite a co-ocorrência com SN nu objeto.

Apresentada a descrição do SN nu objeto, e mostrada a extensão de seu emprego entre nós, a autora passa à segunda empreitada de seu trabalho analítico, qual seja, a de explicar o modo como se processa o fenômeno da Incorporação no português (Cap. 4).

Elegendo como caminho teórico a Gramática Gerativa, sobretudo em sua vertente de Princípios e Parâmetros, ela procura seguir mais de perto os postulados defendidos por Baker (1989, 1993), no estudo que faz do processo de Incorporação Nominal em línguas indígenas como o onondaga, mohawk, nahuatl, etc., processo esse que acaba culminando numa agregação morfológica dos constituintes envolvidos: V + SN nu.

Encarando com espírito crítico tal modelo analítico, a lingüista desenvolve a sua explanação em termos das seguintes tarefas básicas, que compreendem outras tantas não menos importantes: a) a caracterização do processo de Incorporação Nominal nas línguas polissintéticas, seguida da apresentação dos principais pontos da análise que lhe é conferida por Baker (1988, 1993); b) o cotejo entre as propriedades do Nome Incorporado nas línguas polissintéticas e as do SN nu objeto no português, acompanhado da defesa da aplicação da proposta de Incorporação Sintática de Baker aos dados do português.

No que diz respeito à primeira empresa, a lingüista procura traçar um quadro sistemático e claro das características do Nome Incorporado em línguas polissintéticas, tais como arroladas e discutidas por Baker (1988), no intuito de utilizá-lo depois como material de confronto com os dados do português. A seguir, ela busca resumir a proposta analítica desse autor, indicando as reformulações e inovações que ele advoga, com o fito de explicar, à luz da Gramática Gerativa – Princípios e Parâmetros –, dentre outras coisas, fatos como o movimento de um constituinte X^0 para junto de Y^0 (submodalidade da regra sintática de “Mover-alfa”), a atribuição de “Papel-teta” (conforme “Princípio de Projeção”) primordialmente a *posições* e não a *categorias* – o que significa, em última instância, levar em conta a Cadeia formada pela categoria movida e o traço por ela deixado (“Princípio de Categoria Vazia”) – assim como a desnecessidade de atribuição de caso (“Teoria de Caso”) a SNs cujo núcleo nominal esteja incorporado (no caso, a um verbo).

No que tange à segunda tarefa, em que se enfoca o processo de Incorporação Nominal no português, a autora procura, num primeiro momento, contrapor as características do Nome Incorporado das línguas polissintéticas com dados do português, discriminando, para o leitor, os pontos de convergência e de divergências que detecta. Nesse confronto, fica patente a supremacia do trabalho de descrição semântica do SN nu incorporado efetuado pela pesquisadora, relativamente à sua caracterização (sem uniformidade e consistência, segundo critica e lamenta a mesma) por parte de autores como Baker (1988, 1993), Givón (1984) e outros que examinaram esse constituinte nas línguas polissintéticas.

Concentrando-se, especificamente, no fenômeno de leitura incorporada de SNs nus objetos de verbos transitivos, em geral codificado morfológicamente em línguas polissintéticas, conforme mostrado por estudiosos como Baker (1988, 1993), Givón (1984) e outros mais, a autora oferece à comunidade lingüística um estudo acurado (e crítico) do assunto, desenvolvendo-o em duas grandes direções: uma de caráter mais descritivo e outra de preocupação mais explanatória.

O aparato descritivo (três primeiros capítulos) se desenvolve em tomo de três questões fundamentais: a) a distinção entre as *estruturas produtivas* (de leitura incorporada) e as *expressões idiomáticas* supracitadas (Cap. 1); b) a caracterização gramatical – semântica e sintática – do **SN nu objeto** no português (Cap. 2) e c) a referência ao grau de extensão do fenômeno de incorporação desse constituinte entre nós (Cap. 3).

Depois de comprovar a distinção entre o processo de lexicalização que atinge expressões constituídas com verbos como *fazer* e *dar* e seus complementos diretos, acima mencionadas, e o fenômeno da **incorporação** de V + SN nu objeto, ao qual se dedica, a pesquisadora procura, numa segunda etapa de seu trabalho, detectar e discutir algumas das propriedades gramaticais peculiares ao **SN nu objeto**. Enveredando, inicialmente, pelos caminhos da sintaxe, ela mostra, por exemplo, que, embora sujeito, em princípio, aos processos de **topicalização** e **clivagem** (não aplicáveis definitivamente às expressões idiomáticas com *fazer* e *dar*), o **SN nu objeto**, na verdade, ocupa, no uso real da língua, uma posição de adjacência restrita (e posposta) ao verbo que o seleciona.

Para a caracterização semântica desse constituinte, ela se vale da estratégia metodológica de investigar, primeiro, o estatuto de SNs, plenos ou nus, na posição de sujeito, levando em conta, para tanto, as propriedades relevantes para a descrição do **SN nu objeto**. Depois de uma extensa discussão sempre apoiada numa exemplificação minuciosa e pertinente, a autora chega ao estabelecimento da seguinte matriz de traços [$\pm I$, $\pm M$, $\pm U$], relativos, respectivamente, à *identificabilidade* do referente expresso pelo SN, ao foco nos *membros* integrantes da classe e à quantificação *universal*. A partir dessa matriz, ela defende a hipótese da existência de três grandes tipos de interpretação possível para os SNs, segundo a incidência, ou não, desses três traços: *identificável* [$+ I$, $+ M$, $- U$], *atributiva* [$- I$, $+ M$, $+ U$] e *partitiva* [$- I$, $+ M$, $- U$].

Tendo em vista essas propriedades e, ainda, a impossibilidade de o objeto incorporado ser retomado pronominalmente na sequência textual (o que o configura como [$- Pr$]), a lingüista deixa claro que, no português, o SN nu objeto apresenta um comportamento semântico *sui generis*, que se pode sintetizar na seguinte matriz de traços: [$- I$, $- M$, $- Pr$].

Embora inserida num projeto analítico voltado para o nível sentencial, a professora Elizabeth não deixa de fazer algumas incursões na área do discurso, tendo, por exemplo, a preocupação de mostrar que o objeto incorporado não é passível de introduzir um participante do discurso, isto é, não pode assumir a função de tópico, uma vez que não costuma ser retomado no co-texto subsequente, o que é compatível com o seu traço gramatical de [$- Pr$].

Na terceira e última etapa de sua atividade de descrição, a pesquisadora enfoca, com o esmero que lhe é peculiar, duas questões relevantes para o conhecimento do estatuto configuracional do Objeto Incorporado e do seu uso real na nossa língua: a da incompatibilidade da leitura incorporada de SNs objetos portando elementos em sua área esquerda e a da sistematicidade do processo de Incorporação de SN nu objeto no português. No primeiro

Quanto à análise do processo de Incorporação Nominal em si, a Professora Maria Elizabeth procura mostrar que pode ser explicado nos mesmos moldes da análise advogada por Baker para as línguas indígenas que enfoca. Contudo, antes de demonstrar tal aplicabilidade, a lingüista tem a preocupação de definir o estatuto categorial do SN nu objeto por ela apreciado, em termos de propostas mais avançadas da Gramática Gerativa como a da “Hipótese do Sintagma Determinante”, propugnada a partir de Abney (1985, 1986) e Fukui (1986).

Checada essa hipótese, a pesquisadora deixa claro que não há motivação teórica nem empírica para se considerar que o objeto incorporado em nossa língua se projete até o nível SD. Dessa sorte, ela consegue comprovar que a análise mais adequada para os dados do português é a mesma – de Incorporação Sintática – que Baker defende para as línguas polissintéticas. A diferença é que, no caso da nossa língua, o processo de Incorporação pára no nível da “Forma Lógica”, ao passo que o daquelas línguas prossegue até o da “Forma Fonética”, manifestando-se morfológicamente.

Complementando a sua pesquisa, nossa lingüista, zelosa como de costume, faz alusão a outro estudo, realizado por Lois (1989), acerca de grupos nominais que ocorrem superficialmente sem determinantes (SNsD), em outra língua românica: o espanhol. Embora pautado em Baker (1988), tal trabalho, segundo nos demonstra a autora aqui em apreço, não consegue fornecer evidências suficientes que comprovem a ocorrência do processo de Incorporação Nominal nessa língua.

Do que se pôde mostrar aqui, conclui-se que o trabalho de Maria Elizabeth Fonseca Saraiva, empiricamente bem cuidado (mesmo que centrado em dados de introspecção) e teoricamente coerente, não só atinge o objetivo por ela proposto de divulgar um fenômeno do português tão pouco (ou nada) conhecido entre nós, como fornece contribuições de caráter teórico, como a de defender, por exemplo, a categorização SN para o objeto nu, no interior de um quadro que leva em conta a categoria funcional SD. Isso sem falar nos subsídios que oferece para estudos como o do fenômeno da Gramaticalização, tão em voga no meio lingüístico de uns tempos para cá.

Referências bibliográficas

- ABNEY, S. Functor and licensing: towards an elimination of the base component. Cambridge: MIT, 1985 (ms.) apud BAKER, Mark C. *Incorporation; a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- ABNEY, S. Functional elements and licensing. Comunicação apresentada em GLOW, 1986 apud LOIS, Ximena. *Aspects de la syntaxe de l'espagnol et théorie de la grammaire*. Paris: Université de Paris –VIII, 1989. (Tese: Doctorat Nouveau Régime).
- BAKER, Mark C. *Incorporation; a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- BAKER, Mark C. *Lexical and nonlexical noun incorporation*. Montreal: McGill University, 1993. (Mimeogr.).
- BARROS, Ev'Ângela Batista de. *Transitividade verbal em português*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1992. (Dissertação, Mestrado em Lingüística).

FUKUI, Naoki. **A theory of category projection and its applications**. Cambridge: MIT, 1986. (Tese, Ph.D.).

GIVÓN, Talmy. **Syntax; a functional-typological introduction**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1984.

LIMA, Maria Célia Aragão de. **Expressões fixas de base verbal: um fenômeno lexical**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1988. (Dissertação, Mestrado em Língua Portuguesa).

OUAHALLA, Jamal. **Introducing transformational grammar; from roles to principles and parameters**. London: Routledge, 1994.